

## **Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, uma perspectiva social, política e animal na interiorização da proteção animal no Rio Grande do Norte.**

Antonielson dos Santos (IFPB, Campus Sousa), Juliana Maria Rocha Pinheiro Bezerra da Silva (UERN, Campus Mossoró), Clara Andrielem Baia Batista (IFAP, Campus Porto Grande), Katarine de Souza Rocha (IFPB Campus Sousa), Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha (IFBaiano Campus Guanambi), Fabrícia Geovânia Fernandes Filgueira (IFPB, Campus Sousa).

**E-mails:** antonielsonvet@gmail.com, profa.julianarocha@gmail.com, claraibaia20@gmail.com, katarinemv@gmail.com, vivianne.rocha@ifbaino.edu.br, fabricia.filgueira@ifpb.edu.br.

**Área de conhecimento (Tabela CNPq):** 5.05.00.00-7 Medicina Veterinária

**Palavras-chave:** Proteção animal, conselho municipal, políticas públicas, defesa dos animais, governança ambiental.

### **1. Introdução**

A proteção e defesa dos animais têm se tornado uma pauta cada vez mais relevante nas esferas social e política do Brasil, refletindo uma transformação no reconhecimento dos direitos dos animais e sua importância para o bem-estar da sociedade (SOUZA; ALMEIDA, 2020). No âmbito municipal, os Conselhos de Proteção e Defesa dos Animais assumem um papel estratégico na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a proteção animal, especialmente nas áreas interioranas, onde o acesso a serviços e recursos é mais restrito (MARTINS; PEREIRA, 2019).

No Rio Grande do Norte, a interiorização das ações de proteção animal representa um desafio, devido às desigualdades econômicas e socioculturais entre as regiões urbanas e rurais (SILVA; COSTA, 2021). Nesse cenário, os Conselhos Municipais surgem como importantes espaços de articulação entre a sociedade civil e o poder público, possibilitando a implementação de políticas adaptadas às particularidades locais (FERREIRA; SANTOS, 2022).

Além disso, esses conselhos desempenham uma função política essencial, atuando como instrumentos de controle social e fiscalização, contribuindo para a melhoria da governança no campo da proteção animal (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020). Compreender a atuação desses órgãos sob as perspectivas social, política e animal é fundamental para avaliar sua efetividade e identificar os desafios que enfrentam na promoção da proteção animal no interior do estado.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar o papel dos Conselhos Municipais de Proteção e Defesa dos Animais no Rio Grande do Norte, destacando suas contribuições e dificuldades no processo de interiorização das políticas de proteção animal.

### **2. Materiais e Métodos**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, realizada entre os meses de março e julho de 2024, com foco nos Conselhos Municipais de Proteção e Defesa dos Animais no estado do Rio Grande do Norte. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, políticas e institucionais envolvidas na interiorização da proteção animal. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, abrangendo legislações municipais, relatórios oficiais dos conselhos, atas de reuniões, além de publicações acadêmicas e documentos institucionais relevantes. Complementarmente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com representantes dos Conselhos Municipais, membros de organizações não governamentais e agentes públicos envolvidos na proteção animal em diferentes municípios do estado. A amostra foi selecionada intencionalmente, contemplando municípios de diferentes regiões do Rio Grande do Norte que possuam Conselhos de Proteção e Defesa dos Animais formalmente instituídos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo, a qual permitiu identificar categorias temáticas relacionadas à atuação, desafios e perspectivas desses conselhos. Os dados coletados foram analisados à luz dos referenciais teóricos sobre políticas públicas, governança e proteção animal, buscando compreender as particularidades do processo de interiorização e a interação entre os atores envolvidos.

### **3. Resultados e discussão**

A análise dos dados indicou que os Conselhos Municipais de Proteção e Defesa dos Animais no Rio Grande do Norte apresentam diferentes níveis de organização e eficiência, fortemente influenciados por fatores sociais, econômicos e políticos locais. Municípios com maior engajamento comunitário e suporte institucional demonstram maior capacidade de implementar ações efetivas, enquanto outras regiões enfrentam limitações decorrentes da escassez de recursos, falta de pessoal capacitado e ausência de políticas públicas consolidadas

(FERREIRA; SANTOS, 2022). Os conselhos desempenham um papel crucial na mediação entre a sociedade civil e o poder público, promovendo campanhas educativas, fiscalizando casos de maus-tratos e encaminhando denúncias, o que contribui para a promoção do bem-estar animal (COSTA et al., 2021). No entanto, o processo de interiorização da proteção animal é marcado por desafios, como a insuficiente formação dos membros e a carência de recursos financeiros, o que compromete a eficácia das ações em áreas rurais e menos urbanizadas (SILVA; COSTA, 2021).

Do ponto de vista político, a atuação dos conselhos necessita de fortalecimento institucional e maior articulação com órgãos públicos para garantir a implementação e fiscalização efetivas das legislações de proteção animal (MARTINS; PEREIRA, 2019). A falta de cooperação intersetorial dificulta o desenvolvimento de políticas públicas integradas e adaptadas às demandas locais, evidenciando a importância do controle social exercido pelos conselhos como ferramenta para a pressão por avanços legislativos e administrativos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Esses achados corroboram estudos prévios que ressaltam a complexidade da proteção animal no interior do Brasil, enfatizando a necessidade de investimentos em capacitação, infraestrutura e participação social para o fortalecimento das redes de proteção (PEREIRA; ALMEIDA, 2018). Portanto, o fortalecimento dos Conselhos Municipais é fundamental não apenas para assegurar a proteção jurídica dos animais, mas também para fomentar uma cultura de respeito e cuidado em todas as regiões do estado.

## 5. Considerações finais

O presente estudo demonstrou que os Conselhos Municipais de Proteção e Defesa dos Animais no Rio Grande do Norte desempenham papel crucial na promoção e interiorização das políticas públicas voltadas à proteção animal. Embora tenha sido possível identificar avanços importantes, persistem desafios relacionados à insuficiência de recursos financeiros, à carência de capacitação dos conselheiros e à fragilidade na articulação entre os diversos setores envolvidos. Para a efetiva implementação das políticas de proteção animal, faz-se necessária a ampliação do suporte institucional aos conselhos, o fortalecimento da participação social e o aprimoramento das ações educativas, preventivas e fiscalizatórias. Ademais, destaca-se a importância da coordenação entre órgãos públicos, sociedade civil e demais atores, considerando as especificidades regionais, para o desenvolvimento de estratégias eficazes e sustentáveis. Em suma, a consolidação dos Conselhos Municipais enquanto instrumentos de governança e controle social é fundamental para a construção de uma cultura de respeito e cuidado com os animais no interior do estado, sendo imprescindível o contínuo investimento e comprometimento dos atores envolvidos para superar as limitações identificadas.

## Agradecimentos

## Referências

COSTA, L. M. et al. O papel das organizações não governamentais na proteção animal: um estudo de caso no Nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Proteção Animal*, v. 8, n. 2, p. 112–125, 2021.

FERREIRA, R. S.; SANTOS, M. A. Rede de proteção animal: desafios e perspectivas para a integração entre sociedade civil e poder público. *Cadernos de Políticas Públicas*, v. 14, n. 1, p. 65–80, 2022.

MARTINS, F. J.; LIMA, A. P. Barreiras legais e institucionais à aplicação da legislação de proteção animal no Brasil. *Revista Jurídica do Meio Ambiente*, v. 23, n. 4, p. 320–335, 2019.

PEREIRA, J. R.; ALMEIDA, S. C. Políticas públicas para proteção animal no Nordeste: um desafio para a inclusão social e ambiental. *Revista de Estudos Regionais*, v. 12, n. 3, p. 88–101, 2018.

SILVA, T. R.; OLIVEIRA, M. F. A atuação das redes de proteção animal no Brasil: panorama atual e desafios futuros. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 10, n. 2, p. 45–59, 2020.

